

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE GESTORES**

Eva Maria Dutra Pinheiro

**A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Pelotas
2015

Eva Maria Dutra Pinheiro

**A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA NO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Maciel de Campos.

Pelotas
2015

RESUMO

O presente trabalho trata do Projeto de Intervenção desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Inácia Machado da Silveira localizada na cidade de Piratini/RS, durante o primeiro semestre de 2015. O tema do Projeto é a relação família e escola e a participação da família na escola. Esta temática surgiu devido à preocupação tanto da equipe diretiva como de professores e de pais com a educação dos filhos e pela reclamação dos professores em relação a pouca participação da família na escola. O objetivo do projeto foi aproximar a família da escola, através de ações concretas, diminuindo o espaço dessa relação em prol do desenvolvimento dos alunos. A finalidade do Projeto foi encontrar alternativas para melhorar a relação família/escola, no intuito de melhorar o desempenho escolar dos alunos. O Projeto de Intervenção se desenvolveu a partir de uma pesquisa-ação, tendo em vista ser uma pesquisa que envolve as limitações da participação das famílias na escola e, ao mesmo tempo, por pretender-se intervir para estreitar tal relação. A perspectiva da gestão democrática foi referencial para o planejamento e realização deste Projeto, pois se apresenta como um processo para mobilizar a participação dos diferentes atores no campo da educação. Pensar em educação de qualidade passa pela interação entre escola e família, os primeiros grupos sociais da criança e com a tarefa de formar e agregar valores para toda a vida.

Palavras-chave: Educação. Família-Escola. Participação. Gestão Democrática.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PI	Projeto de Intervenção
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEAP	Sistema Estadual de Avaliação Participativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1	OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	9
2.2	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	14
3	METODOLOGIA	20
4	ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICES	34
	Apêndice A – Questionário aplicado com os pais	35

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a baixa participação da família na escola determinou a escolha do tema do Projeto de Intervenção, realizado durante o Curso de Especialização sobre Gestão Escolar. A partir das leituras no curso foi possível perceber que a ideia de construção coletiva sobre o Projeto Político Pedagógico ainda não está efetivada no educandário onde trabalho. A escola está trabalhando nesse sentido, no entanto, existem algumas dificuldades como a pequena participação da família nos processos decisórios e no acompanhamento da vida escolar dos filhos, como observado e manifestado pelos professores. A partir desta constatação, deu-se a escolha pelo tema do Projeto de Intervenção (PI) e a relação entre família e escola.

Desde 1992, desempenho atividades docentes na escola onde desenvolvi o PI, portanto, há 23 anos. Destes, 8 anos atuei como coordenadora pedagógica e, atualmente sou vice-diretora na Educação de Jovens e Adultos. A Escola foi criada pelo Decreto nº 16.398, de 16 de outubro de 1963, como Grupo Escolar, para atender alunos do 1º ao 4º ano primário. Atendendo ao anseio da comunidade local, um grupo de pais se mobilizou para a criação da Escola, contando com apoio de um doador do terreno onde o prédio foi construído. Seu nome foi escolhido em memória à primeira professora estadual do município de Piratini Professora Inácia Machado da Silveira.

Em junho de 1964, o Grupo Escolar passou a ser Unidade Estadual de Ensino, conforme Decreto nº 1642. Em 1982, a Unidade foi reorganizada pelo Decreto Estadual nº 28.957, passando a designar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Professora Inácia Machado da Silveira e atender de 1ª à 5ª Série. Em 1993, o Parecer nº 705 autorizou o funcionamento da 6ª Série e em 1994, o Parecer nº 1811, autorizou o funcionamento de 7ª e 8ª Séries do 1º Grau, passando o educandário a designar-se Escola Estadual de 1º Grau Professora Inácia Machado da Silveira. Em 2006, sob orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) passou a designar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Inácia Machado da Silveira. Atualmente, a Escola atende a alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, conforme estabelece a legislação nacional vigente

e possui matriculados 280 alunos do 1º ao 9º ano e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A escola está situada próximo ao centro da cidade de Piratini/RS, na Avenida Mauricio Cardoso, n. 504. Sua clientela é considerada, na maior parte, de periferia, embora os alunos que frequentam o educandário vêm de bairros próximos a ela. Outros alunos vêm do interior do município, principalmente os da Educação de Jovens e Adultos. A cidade é pequena, tendo em média 14 mil habitantes no perímetro urbano e grande parte das pessoas que nela residem possui baixo poder aquisitivo. Os alunos da escola são em geral filhos de trabalhadores domésticos, funcionários de empresas rurais da região, do comércio local - lojas, padarias, supermercados, restaurantes - serventes de pedreiro, pedreiro, peões de estâncias, diaristas, trabalhadores em fábricas de confecção de roupas, no serviço público municipal ou estadual. Muitos recebem recursos do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A escola possui um espaço físico composto por oito salas de aula, biblioteca, refeitório, banheiros femininos e masculinos, além de banheiro adaptado para deficientes físicos e banheiro para professores. Possui cozinha, sala dos professores, sala da direção, sala da coordenação, secretaria e sala/laboratório de informática. O quadro de recursos humanos é formado por 30 professores e 8 funcionários. A escola até o mês de junho do presente ano funcionava em turno integral, pois oferecia o Programa Mais Educação¹. Atualmente não funciona mais assim, devido ao corte dos recursos do referido Programa pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) existente na escola é do ano de 2002 e no momento está sendo reformulado com a participação dos professores e funcionários, mas ainda não foram ouvidos pais e alunos. O PPP tem significativa importância para a melhoria da proposta educativa da escola e de sua organização geral. Como salienta Veiga (2013, p.163) “O projeto Político Pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas”. É, portanto, “[...] o definidor de critérios para a organização curricular,

¹ Programa Federal criado com objetivo de dar apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica e, gradativamente criar a escola de tempo integral.

seleção e estruturação dos conteúdos, das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e tecnológicos e de avaliação”, complementa Veiga (2013, p.163).

O PPP é um instrumento que necessita ser elaborado coletivamente com a participação de professores, funcionários, pais e alunos. Pensar a escola hoje, a partir de um ideal de Gestão Democrática, exige reflexão coletiva e um fazer participativo. Escolas e cidadãos privados da autonomia como explica Bordignon (2005, p.32), não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público é ampla, passa pela sala de aula, pelo PPP, pela autonomia da escola. Defendo, portanto que, para a gestão democrática ocorrer de forma efetiva na escola, é importante que família e escola caminhem juntas.

A metodologia utilizada na realização do PI foi a da pesquisa-ação por acreditar que esta metodologia possibilita maior proximidade com a comunidade estudada. Neste caso, visando meu objetivo, o qual foi de investigar as razões da pequena participação das famílias na escola, foi possível reunir os pais, explicar os objetivos do projeto, refletir sobre a importância de sua presença na escola e aplicar um questionário em que eles apresentaram sugestões para melhorar sua participação. Como propõe Richardson (2014) o método da pesquisa-ação pode melhorar a prática dos participantes e também a compreensão da própria prática. A pesquisa-ação é entendida por Elliott (1991) citado por Tripp (2005) como o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade de sua ação.

Na perspectiva de ampliar a participação da família na escola, houve uma discussão entre os componentes da equipe diretiva e professores durante reunião do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP)² para avaliar a importância da temática e em outras reuniões realizadas durante o ano letivo de 2014 onde os pais, ou seja, os que conseguem se fazer presentes, manifestaram interesse em participar mais das atividades da Escola.

No desenvolvimento deste trabalho, à luz de referencial teórico, procurarei apontar caminhos para a efetivação da Gestão Democrática na escola, como

² Sistema Estadual de Avaliação Participativa, o qual visa avaliar professores, funcionários, a estrutura e funcionamento da escola.

possibilidade de proporcionar uma educação de qualidade, a partir do envolvimento de toda a comunidade escolar, professores, funcionários, pais e alunos.

Neste contexto, o trabalho está organizado em cinco capítulos, onde no primeiro, será abordada a introdução, apresentando os objetivos da elaboração do Projeto de Intervenção e seus desdobramentos. No segundo capítulo, o referencial teórico apresenta os desafios e possibilidades da relação família-escola, por acreditar na necessidade de estabelecer uma relação entre as duas instituições, com características de cooperação na determinação de responsabilidades e apontamentos de fragilidades e a importância da Gestão Democrática para o fortalecimento da relação família-escola, discorrendo sobre a importância de refletir acerca da gestão democrática da escola juntamente com a família e comunidade em geral. O terceiro capítulo apresenta a metodologia, mostrando o desenvolvimento do PI através do método da pesquisa-ação proposto por Richardson (2014), cujos objetivos visam: (a) melhorar a prática dos participantes, a compreensão dos participantes acerca da prática, e a situação onde a mesma se produz; (b) assegurar a participação dos integrantes do processo; assegurar a organização democrática da ação e propiciar compromisso dos participantes com a mudança desejada. No quarto capítulo são apresentados os resultados do PI e as sugestões dos pais para sua maior participação na vida escolar dos filhos. E por fim, no quinto capítulo, são apresentadas algumas considerações a respeito da relação família/escola como possibilidade de fortalecer a gestão democrática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Para pensar em educação de qualidade atualmente, é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar dos alunos em todos os sentidos, ou seja, é importante uma interação entre escola e família, por serem duas instituições que têm a grande tarefa de formar e auxiliar na formação dos primeiros grupos sociais de uma criança.

Nesse contexto, a preocupação se dá em relação ao distanciamento da família em relação à escola, podendo este ser uma das justificativas para o baixo aproveitamento de muitos alunos e, conseqüentemente, o desinteresse pela aprendizagem. Observa-se que aquele aluno que é acompanhado pelos pais, cuja participação nas reuniões da escola se torna um hábito e que procuram saber da vida escolar do seu filho, é o aluno que apresenta melhor desempenho escolar.

Para tanto, acredita-se que a escola necessita buscar formas de dar sentido à educação formal e ao espaço escolar, contribuindo para que este sentido seja percebido também dentro da própria família, mesmo que esta se apresente distante da escola. É importante dar o devido valor à família enquanto co-responsável no processo ensino-aprendizagem de seus filhos.

Nogueira (2005 apud ZAGO, 2011) contribui com esta discussão, salientando que inúmeras pesquisas vêm demonstrando a influência positiva sobre o desempenho acadêmico dos alunos, a partir do envolvimento parental na escolaridade dos filhos, o que possivelmente contribuiria para a redução de problemas como a evasão e repetência escolar.

Ressalta-se a importância da escola e família fazerem sua parte para que o aluno atinja o caminho do sucesso rumo a um futuro melhor, mais humano e com melhores condições de vida. É fundamental reconhecer a família como a primeira instituição educacional do ser humano, responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo. Por essa razão, pais e educadores necessitam serem colaboradores no processo educativo dos filhos/alunos, visando

formar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem no cotidiano da sociedade.

Diante do exposto, crianças e jovens são levados para a escola com o objetivo de que construam conhecimentos e desenvolvam competências que os preparem para a vida. Isso requer que professor, direção, coordenação e pais, construam em conjunto uma proposta político-pedagógica que leve em consideração os saberes adquiridos antes do ingresso do aluno no espaço escolar.

Coelho e Pisoni (2012) contribuem com esta reflexão ao afirmarem que é importante a escola estar atenta ao aluno e seus conhecimentos prévios, assim como estimular as suas potencialidades, possibilitando ao aluno superar suas capacidades. Para que o professor faça um bom trabalho é imprescindível que conheça o seu aluno, suas descobertas, crenças, opiniões, promover o diálogo e criar situações para que ele possa expor o que já sabe.

Nogueira (2006) salienta ainda que, desde o início do século XX, os métodos pedagógicos tradicionais passaram a ser questionados devido as suas práticas estarem centralizadas no aluno, por ser este considerado um adulto em miniatura e o saber que trazia de casa era deixado de lado. Atualmente, a visão pedagógica é “[...] a de que a escola deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando.” (NOGUEIRA, 2006, p.161).

Entende-se que a escola é um espaço plural e diverso. Por isso, é fundamental que se procure conhecer a realidade dos alunos, a partir do momento em que é realizada sua matrícula na instituição. Vive-se em uma sociedade de culturas e saberes diferenciados e tanto a equipe gestora da escola como os educadores e funcionários não podem ignorar esta realidade. Juntos, podem contribuir com a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu papel, na construção de uma sociedade que respeita e valoriza as diferenças, sejam elas culturais ou não.

Moreira e Candau (2003, p.159) consideram que “não se pode conceber uma experiência pedagógica desculturalizada, em que a referência cultural não esteja presente”, pois, “a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural”. Portanto, dizem os autores, “[...] as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim como universos entrelaçados”.

Muitas vezes, pelo fato de a realidade dos alunos não ser conhecida pelo professor, eles são penalizados principalmente no momento da avaliação, até porque, persiste a ideia de que os alunos não querem nada com nada. No entanto, conhecendo a realidade dos alunos é possível visualizar aqueles que possuem problemas que comprometem a aprendizagem e, muitas vezes, necessitam serem encaminhados aos serviços especializados.

O acompanhamento tem sido um processo lento na escola onde atua a autora do presente estudo, tendo em vista que existe na cidade apenas uma escola com sala de recursos, recentemente implantada para atender alunos com dificuldades de aprendizagem. A preocupação se dá pelas dificuldades presentes na escola, as quais têm contribuído para o significativo índice de repetência dos alunos. Com isso, muitos deles ao completarem 15 anos, migram para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na tentativa de recuperar o tempo perdido.

Um aspecto relevante para se pensar, apontado por Cury (2007, p.484), é a educação escolar como uma dimensão fundante da cidadania, indispensável para a para a (re)inserção qualificada dos jovens e adultos no mundo profissional do trabalho. Por outro lado, não se pode negar a dificuldade dos próprios professores em lidar com as demandas e os problemas dos alunos por desconhecerem a sua realidade. Isto porque de acordo com a contribuição de Dessen e Polonia (2007, p.25) “[...] a escola ainda é vista como uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais”, desconsiderando como já apontado, a realidade do aluno. Esta é uma situação que necessita ser discutida durante a elaboração dos planos de estudos das escolas, juntamente com a comunidade escolar, pois é fundamental compreender o processo de desenvolvimento dos alunos.

O momento é oportuno para enaltecer a visão de Dessen e Polonia (2007) quando dizem:

[...] é preciso focalizar tanto o contexto familiar, quanto o escolar e suas interrelações que podem contribuir, significativamente, com o baixo desempenho acadêmico, evasão e repetência escolar, e que aliados aos fatores interpessoais, acentuam este problema (DESSEN; POLONIA, 2007, p.30).

Na escola de atuação da autora, falam também na desestruturação da família na atualidade. Isto acontece devido ao entendimento de que o modelo familiar

nuclear, formado pelo casal e filhos de um mesmo pai e mãe, legalmente casados – como era estabelecido, cultural e moralmente na sociedade até poucos anos – é o modelo ideal para o bom desenvolvimento dos filhos.

Zago (2011) contribui com esta discussão ao afirmar que a família:

[...] sofreu nos últimos anos, profundas mudanças, decorrentes das transformações globais (industrialização, urbanização, ingresso das mulheres no mercado de trabalho), mudanças nos comportamentos do casal (entre outras: ruptura do quadro tradicional provedor/dona de casa, diminuição do número de filhos), transformações nas formas de organização familiar, aumento de divórcios e de famílias monoparentais, ou ainda recompostas, entre outras formas (ZAGO, 2011 p.35).

Nas palavras da autora supracitada, entende-se que é muito importante, observar as transformações estruturais familiares e suas implicações nas relações entre a escola e a família, ou seja, suas reconfigurações.

Segundo Dessen e Polonia (2007), o conceito de família tem evoluído exatamente para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. São inúmeras as combinações e formas de interação existentes entre as pessoas, demonstrando que não existe uma família ideal. Hoje, se convive com modelos de famílias nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, entre outras, e isto não significa que sejam desestruturadas, são apenas novas configurações que fazem parte da vida, não apenas de muitos alunos, mas também de professores e colaboradores.

A escola, por sua vez, tem se mostrado ineficiente na sua forma de lidar com os problemas apresentados pelos alunos, ou até mesmo pelos problemas apresentados pelos professores e funcionários. No entanto, deposita, muitas vezes, as dificuldades encontradas apenas na família.

A realidade mostra que as diversas constituições familiares não se traduzem necessariamente em dificuldades para as crianças. O que parece afetar as famílias atuais e, sobretudo, às que foram analisadas para elaboração deste trabalho, para além do modo como se constituem, são problemas de outras ordens como: dificuldades econômicas e socioculturais, desemprego, baixa escolaridade dos pais e a não valorização da educação, desconhecimento por parte de professores acerca da realidade dos alunos, exploração sexual, violência doméstica, alcoolismo, drogadição, dentre outros.

Nesse sentido, Costa, Fossati e Silva Neto (2012) chamam atenção para o fato de que:

[...] a diversidade das configurações familiares que encontramos na atualidade evidencia a necessidade de ampliação do conhecimento sobre o fenômeno família e sua aproximação com a instituição escolar, a fim de evitar que se repitam as dificuldades desta relação que se concentra predominantemente nas necessidades de resolução dos problemas que os alunos possuem no seu desenvolvimento (COSTA; FOSSATI; SILVA NETO, 2012, p.53).

Na realidade da escola de atuação da autora é observado que muitos professores culpam as famílias e os próprios alunos pelas dificuldades e fracasso escolar. Para eles, a explicação para o fato de alguns alunos não alcançarem resultados positivos é tão somente o próprio desinteresse dos mesmos. Nesse sentido, Soares (2012, p.44) aponta em seus estudos, que “a escola sempre incentivou e continua incentivando a ideologia do liberalismo, de que só cresce na vida o indivíduo que se esforça, trabalha e se dedica”. Isto representa segundo o autor, a ideia de meritocracia que ainda domina os meios escolares, influencia os professores e contrasta com a realidade de parte expressiva da população brasileira. Uma população que padece da pobreza e da ausência de condições sociais dignas de trabalho, moradia e saúde, condições estas, que contradizem a ideologia do mérito.

Na escola de ensino fundamental Professora Inácia Machado da Silveira de Piratini, percebe-se que alguns professores acreditam que ela tem dificuldades e não progride pelo fato de os alunos que nela estudam são de famílias pobres e que têm muitos problemas, dificultando o trabalho dos professores e tornando o ambiente escolar violento e desestimulante. Percebe-se na fala dos professores, que eles associam claramente pobreza, violência e fracasso escolar. Para estes professores trabalhar em escolas onde só ingressam alunos de famílias de alto poder aquisitivo, garantiria sucesso aos docentes e discentes.

Contrariando este pensamento, Patto (1992 apud ABRAMOVAY, 2003) chama atenção em seus estudos para o fato de existirem escolas bem sucedidas em comunidades consideradas violentas, desmistificando a ideia de que “escolas boas” são somente as privadas e que se encontram em bairros de famílias de classe alta. Por isso, conforme o autor, o discurso fatalista e reprodutor de desigualdades como

principal fator de desestímulo à aprendizagem, proferido por muitos professores, torna-se sem sentido.

É importante observar-se que os professores não podem se eximir de sua contribuição para o desinteresse dos alunos pela aprendizagem, pois, muitas vezes, isso pode ocorrer como resultado de projetos e práticas pedagógicas adotadas por eles, que não fazem sentido para os alunos, como também das regras, geralmente muito rígidas e pouco dialogadas com os alunos. Cita-se como exemplo, o fato de os alunos repetirem o ano/série por faltar um ou dois pontos para atingir a média e, até mesmo, apenas alguns décimos. No ano seguinte, percebe-se que esses alunos retornam mais desestimulados e mais agressivos.

Merece atenção o fato de que na escola é construída uma relação predominante de informações acerca do desempenho e das dificuldades sem o necessário conhecimento por parte das famílias dos instrumentos técnicos utilizados para a prevenção e resolução das dificuldades que se apresentam, conforme observam Costa, Fossati e Silva Neto (2012). Nesse sentido, um dos grandes desafios da escola é estabelecer uma relação família-escola com características de cooperação e não como um jogo de forças entre estas duas instâncias na determinação de responsabilidades e apontamentos de fragilidades.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA O FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Para refletir sobre a importância da gestão democrática para o fortalecimento da relação família-escola buscou-se inicialmente apoio nos estudos de Azevedo e Mendonça (2012), os quais consideram que a construção de uma escola pública mais democrática passa pela via do diálogo permanente entre as famílias, professores, comunidade e equipe gestora. Assim sendo, não pode haver uma via de mão única, ou seja, somente os gestores tomarem todas as decisões e deliberarem sobre o que devem ou não fazer na/para a escola, mas que toda a comunidade escolar participe de todas as decisões a serem tomadas no educandário.

De igual modo, buscou-se apoio em Gandin e Gandin (2014) que afirmam de que pequenas mudanças não adiantarão se a direção não tiver a real participação, tanto na realização do trabalho da escola, como na decisão e resultados almejados. As pequenas mudanças só terão sentido quando proporcionarem uma mudança plena, que aponte para a transformação de estruturas e a conversão dos corações, propondo e realizando a igualdade fundamental das pessoas, com seus diversos valores e desejos e por isso, todos serão úteis na construção da escola e de toda a sociedade.

Gandin e Gandin (2014) em mais uma importante contribuição nesta reflexão alertam para o fato de que:

[...] não temos um sistema escolar em que haja a participação do povo, sobretudo se pensarmos o povo com sua cultura; quer dizer: as pessoas até são chamadas para uma ajuda naquilo que já está determinado pela estrutura escolar, mas não podem contribuir com esperanças, desejos, ideias, sonhos (GANDIN; GANDIN, 2014, p.119).

Realmente, embora muito se discuta sobre as diferenças econômicas ou socioculturais na escola, percebe-se que na realidade estas não são levadas em consideração no momento do planejamento ou na avaliação da aprendizagem.

Nesse contexto, Cury (2007, p.494) explica:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição [...]: transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

A gestão democrática é um novo modo de gerir a escola, que tem como base a participação de toda a comunidade escolar, não só no momento de eleger os gestores, mas, como já exposto, nas tomadas de decisões em geral. Acredita-se que, a partir da implantação da gestão democrática, a escola estará contribuindo para o exercício de uma cidadania ativa, a partir da formação de sujeitos pensantes e conscientes de seus direitos e deveres.

Segundo Montandon (1994), no passado se esperava que o apoio dos pais em relação ao trabalho dos professores trouxesse contribuições pontuais, no entanto, eles não deveriam intervir em questões pedagógicas, ou fazer críticas às

atividades desenvolvidas. E continua explicando que: “Os profissionais da educação consideravam que os pais não tinham nenhuma autoridade em matéria de ensino e nenhum lugar na escola.” (MONTANDON, 1994, p.189).

Hoje, no entanto, o que se discute e se deseja, é maior participação dos pais na educação dos filhos para que haja, de fato, uma gestão democrática. Nesse sentido, percebe-se que as famílias estão dispostas em participar ativamente da vida escolar dos filhos, pois começam a enxergar essa participação como um direito e um exercício democrático.

É necessário pensar a gestão democrática, não apenas como um meio para mudança, mas como um fim a alcançar, tendo em vista os princípios de decisões democráticos. Assim, faz-se importante a participação da família na escola, reforçando colocações já feitas neste trabalho.

Para além destes fatores, está a participação ativa na tomada de decisões da proposta educativa da escola, conforme propõem Comerlato e Peroni (2014). Para estes autores, a participação do coletivo é condição impar para a efetiva democracia educacional. Porém, percebem que há uma grande resistência por parte do sistema de ensino, incluindo diretores, professores e comunidade escolar educativa em geral, que alegam que a falta de participação nas decisões administrativo-pedagógicas ocorrem pela ausência de interesse dos sujeitos envolvidos.

A partir das afirmações de Tres (2007), entende-se que o gestor escolar deve atuar como um líder, capaz de formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas e para serem abertas às transformações. Ser líder significa ser dedicado, ter visão de mundo, valores e integridade. Qualidades que servem de inspiração ao trabalho conjunto no intuito de atingir metas coletivas.

Tres (2007) destaca a importância de que as atividades escolares sejam produtos da reflexão do coletivo da escola, pois o bom planejamento é indispensável para que a escola consiga desempenhar bem o seu papel. Agir isoladamente, mesmo que haja competência e comprometimento, não garante resultados significativos do trabalho.

A razão supra mencionada mostra que a gestão democrática é vista nos dias de hoje como princípio da educação nacional e, portanto, considerada presença obrigatória nas escolas públicas, por se dar a partir do diálogo e da participação, sob

a qual a comunidade educacional se capacita para concretizar “um projeto pedagógico de qualidade do qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais compromissados” como sugere Cury (2007, p.489).

O gestor escolar tem o dever de organizar reuniões com os demais profissionais e também com as famílias dos alunos para que todos possam sugerir novas ideias de como melhorar o acesso, a socialização e a produção de conhecimento, como centro da atividade pedagógica. Neste sentido, a gestão democrática tem papel fundamental, pois tem como princípio a participação de toda a comunidade escolar para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, como observa-se nas palavras de Comerlatto e Peroni (2014):

A Gestão Democrática da Educação está vinculada aos diversos limites e contradições na e para a vivência da autonomia pedagógica, administrativa e financeira na escola, assim como da participação dos diversos segmentos escolares nos processos de discussão e nas tomadas de decisões referentes a tudo o que diz respeito à Escola ao longo da história da educação (COMERLATTO; PERONI, 2014, p.65).

Deste modo, qualificar e aprimorar a gestão democrática na escola, certamente contribuirá para melhorar não só a relação família e escola, mas também a conscientização dos demais segmentos que a compõem sobre a necessidade de processos democráticos e na perspectiva de que os sujeitos possam se reconhecer como históricos, sociais e agentes de transformação social.

Salienta-se, de igual modo, a importância da construção coletiva do PPP, como instrumento de consolidação da gestão democrática. Ele deve ser construído, pela comunidade escolar, pois é o instrumento definidor de critérios para a organização da ação pedagógico-administrativa da escola. Sua ideia-chave, conforme explica Veiga (2013, p.117) “é construir a unidade no diverso, considerando o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa”. O PPP requer ainda, uma animação coletiva, contínua e incessante, a partir da revisão/reflexão de seus objetivos, a fim de garantir o acesso à permanência e o sucesso escolar dos alunos que nela buscam uma formação cidadã.

Entende-se que a construção do PPP na escola requer rigorosa metodologia de trabalho, por isso, o Planejamento Participativo envolvendo toda a comunidade escolar, se torna a ferramenta mais adequada. Para tanto, o PPP deve ser visto

como um processo permanente de reflexão e de discussão não só dos problemas da escola, mas de tudo o que pode ser feito, tendo em vista a melhoria da proposta educativa com base na construção de um processo democrático de decisões, o qual visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática da escola. “É uma tarefa complexa, com certeza, porém necessária”, assegura Veiga (2013, p.55).

O Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, que orienta as ações pedagógicas e a sua avaliação, levando a escola, como um todo, à reflexão com base nas informações adquiridas sobre a forma de como a escola se organiza para colocar em ação seu projeto. Impossível, portanto, esquecer que a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiam processos de participação social, sobretudo, no processo de planejamento da escola, conforme sugerem Medeiros e Luce (2015).

Segundo Tres (2007), é importante que as atividades escolares sejam produtos da reflexão do coletivo da escola, porque o planejamento dessas atividades é indispensável para que a escola consiga desempenhar bem o seu papel, já que isoladamente, ainda que haja competência e comprometimento, os resultados do trabalho educacional são quase sempre insignificantes.

Para tanto, falar de gestão democrática significa dizer também que é importante que a escola esteja disposta a acolher “os diferentes” e oferecer uma proposta político-pedagógica capaz de tornar os alunos cidadãos, portadores de direitos. Diante disso, vê-se a importância da eleição de diretores como processo participativo, que, para além do voto, tem sido a forma mais expressiva de participação percebida na escola, objeto deste estudo.

Acredita-se, portanto, que o gestor deve propor reflexões sobre a atuação de quem trabalha na escola, sobretudo em relação às práticas pedagógicas e administrativas, a fim de diagnosticar o grau de interesse profissional no tocante à instituição de que fazem parte. Isto porque pode acontecer que “a escola também não esteja pedagogicamente estruturada, com condições de despertar nos alunos o interesse pela aprendizagem, tampouco a participação dos pais nas atividades escolares”, como complementa Tres (2007, p.37).

Abdian e Hernandez (2012, p.36) salientam a importância de conceber “a gestão democrática como mediação para o alcance dos objetivos da função social da escola” que valoriza a construção coletiva de suas finalidades, consubstanciando-se na política e na filosofia da ação a que ela deve servir.

3 METODOLOGIA

A relação família/escola tem sido apontada na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Inácia Machado da Silveira como frágil devido à baixa participação da família neste educandário. Este fato, segundo os professores que nela atuam, tem contribuído para o desinteresse dos alunos pela sua aprendizagem.

Por esta razão, teve-se a intenção de elaborar um Projeto de Intervenção que possibilitasse compreender as razões para a ausência dos pais na escola. Por isso, escolheu-se o método da pesquisa-ação para o referido Projeto, proposto por Richardson (2014) mostrando que a pesquisa-ação visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). Este método tem como objetivos: (a) melhorar a prática dos participantes, a compreensão dos participantes acerca da prática, e a situação onde a mesma se produz; (b) envolver, ou seja, assegurar a participação dos integrantes do processo; assegurar a organização democrática da ação e propiciar compromisso dos participantes com a mudança desejada.

Nesse sentido, Elliott (1991, apud TRIPP, 2005, p.1), define “pesquisa-ação como o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dentro dela”. Portanto, um aspecto crucial da pesquisa-ação é a participação das pessoas que vivem na situação pesquisada ou que podem ser afetadas pelos resultados da ação, explica o autor.

Segundo Kemmis e Mc Taggart (apud RICHARDSON, 2014, p.40), fazer pesquisa-ação significa ‘planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fazemos na nossa experiência diária’.

O modelo de pesquisa-ação proposto por Richardson (2014) subdivide-se em três etapas:

- a) Diagnóstico – identificação do problema e estabelecimento das ações possíveis para solucioná-lo, lembrando que o papel fundamental do pesquisador é ajudar o grupo, no processo de pensar, agir, refletir e avaliar;
- b) Ação – após organizada a informação obtida na etapa anterior, inicia-se a ação, através do processo de sensibilização, aproveitando-se toda a

ocasião para envolver a comunidade: reuniões de pais e professores, palestras, momentos festivos etc;

- c) Avaliação – caminho que ajuda os participantes do projeto a compreender o processo, a relação entre os elementos do modelo de pesquisa, e a importância dos recursos e atividades desenvolvidas para alcançar as metas e ideais.

Tripp (2005) chama atenção ainda, para o fato de que a pesquisa-ação deve ser contínua e não repetida ou ocasional, porque não é possível realizar a pesquisa-ação de forma repetida sobre a prática de alguém por exemplo. Porém, é fundamental trabalhá-la regularmente para melhorar um aspecto, de modo que deva ser mais frequente do ocasional. Entende o autor também, que “a solução de problemas, começa com a identificação do problema, o planejamento de uma solução, sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia” (TRIPP, 2005, p.25). A pesquisa-ação requer ação tanto nas áreas da prática, quanto da pesquisa, de modo que em maior, ou menor medida, devemos estabelecer alternativas para contribuir com a melhoria da situação apresentada.

Tripp (2005) considera importante a pesquisa-ação, porque a partir dela o pesquisador pode ajudar a criar um ambiente de confiança entre os membros da comunidade escolar e deve conscientizá-los acerca da responsabilidade compartilhada por todos os seus integrantes.

Complementando as afirmações de Richardson (2014), Elliott (1991 apud TRIPP, 2005, p.21) diz que “a pesquisa-ação é o estudo de uma situação social com vistas a melhorar a qualidade da ação dela”.

Desse modo, aproveitando a reunião de professores e funcionários do início do ano letivo, dada através de convocação, foi feita a apresentação do Projeto de Intervenção, que teve como objetivo melhorar a relação família e escola, criando condições e estratégias para ampliar a participação dos pais na escola. Esta foi a primeira ação que estava prevista no cronograma do PI.

Os professores consideraram a proposta interessante e bastante oportuna para a escola, uma vez que sentem a necessidade de maior aproximação com os pais e se propuseram a ajudar no desenvolvimento do projeto.

No final do mês de março, foi realizada uma reunião com pais, professores, funcionários e alunos para apresentação do Projeto de Intervenção. Entregue folhas de ofício para que os pais apontassem seus desejos, razões ou dificuldades para participarem na escola. Para motivar os pais a participarem da reunião, a autora do presente estudo, enviou um convite com o tema: “Acompanhe a vida escolar de seus filhos”, explicando que o objetivo era de estreitar mais os laços de parceria entre família e escola.

Houve uma significativa presença dos pais, bem além do que esperado, pois, como já apontado, eles não costumam comparecer nas reuniões da escola. Acredita-se, portanto, que a presença dos mesmos se deu pela forma do convite enviado, não tratando de queixas ou entrega de notas.

Para melhor esclarecer sobre os objetivos da reunião e do projeto buscou-se apoio em três vídeos. O primeiro abordava a importância da educação familiar que deve se dar a partir do nascimento da criança, acompanhando-a até se tornar adulta. Chamava a atenção para o fato de que quando os filhos não são bem orientados desde pequenos, suas vidas podem sofrer consequências drásticas, como por exemplo, cair no mundo das drogas e o abandono dos estudos. Interessante também foi que a mensagem enfatizava que família não é só àquela composta por pai e mãe juntos, pois muitas vezes a mãe cria os filhos sozinha e, mesmo que a criança seja criada pelos avós ou só pela avó, ela deve receber os cuidados que lhe é de direito.

Ao término de cada vídeo foram proporcionados momentos de reflexão onde pais e professores opinaram a respeito do que haviam assistido e os pais sugeriram que fossem realizadas mais reuniões, tratando de temas como uso de drogas, violência doméstica, entre outros.

Após as discussões foi feita a entrega de um instrumento de pesquisa, solicitando sugestões para maior aproximação da família com a escola. Para finalizar, foi entregue uma mensagem de Páscoa, a qual salientava a importância da presença da família na vida dos filhos.

Foram entregues 35 questionários, retornando 28. O instrumento de pesquisa continha 20 questões, destas, 3 foram selecionadas por serem consideradas mais relevantes dada às respostas dos pais, demonstrando interesse em participarem

mais da vida escolar dos filhos e sugerindo temas e atividades que gostariam que fossem trabalhados na escola, envolvendo pais, professores e alunos. Também os pais colocaram seu entendimento sobre sua participação no Conselho Escolar.

Na Festa Junina realizada na escola, aberta a toda a comunidade escolar, houve uma participação bem significativa dos pais, sendo possível perceber a felicidade dos mesmos em assistir a apresentação dos filhos, em ajudar a escola, participando das tarefas, tomando quentão, comprando na barraquinha. Esta foi uma festa interna oferecida somente aos alunos. Este ano, junto com o Conselho Escolar, foi possível a diretora rever esta prática, pois permitiu que a Escola fosse aberta para a comunidade, sendo um grande sucesso.

Não foi possível desenvolver todas as ações propostas no PI, devido a outros projetos estarem sendo desenvolvidos na escola. Porém, foi possível participar de várias reuniões de formação na escola, mais especificamente para professores, constatando o quanto se está distante de uma gestão democrática. A ideia até existe, inclusive pela eleição de diretores, no entanto, na prática, ainda não se efetivou.

4 ANÁLISE DAS AÇÕES REALIZADAS

As ações realizadas a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção tiveram início ainda no ano de 2014, na participação de reuniões de professores propostas pela equipe diretiva da escola, principalmente para a avaliação do SEAP. Nestes momentos houve somente observação acerca da participação dos professores. A apresentação do Projeto de Intervenção aos professores e funcionários se deu na primeira reunião do ano letivo de 2015. Em abril foi realizada a reunião com os pais, também com objetivo de apresentar o projeto e refletir sobre a importância da participação da família na escola. Nesta reunião foi entregue o instrumento de pesquisa aos pais.

O instrumento de pesquisa (Apêndice A) entregue aos pais continha 20 questões, destas foram selecionadas 3 por considerar como as mais importantes, no sentido das respostas dadas pelos pais, demonstrando seu interesse em participar mais da vida escolar dos filhos e sugerindo temas que gostariam que fossem trabalhados com eles na escola.

Com relação à primeira ação selecionada do instrumento de pesquisa que questionava sobre qual a sugestão dos pais em participarem mais na escola, os mesmos deram várias sugestões para melhorar sua participação na escola, como atividades culturais (gincana, teatro, tarde cultural), promoções para arrecadar dinheiro para fazer melhorias na escola; palestras sobre drogas; reuniões com temas sobre o cuidado com a saúde; como ajudar os filhos na aprendizagem, demonstrando que a presença dos pais na escola contribui para o melhor aproveitamento escolar das crianças ou adolescentes. Sugeriram ainda, que fosse observado o horário de trabalho quando forem agendadas as reuniões.

Analisando as respostas, chamou a atenção dos pais quererem estar presentes na escola por entenderem que a aprendizagem “é a melhor herança” que podem deixar para seus filhos e que “a escola é a segunda casa de seus filhos”. Dizem que querem participar de atividades conjuntas com os filhos e professores. Solicitaram que a escola observe melhor seus horários de trabalho, visto que muitos trabalham no interior do município. Com isso, acredita-se que se deve refletir mais sobre o papel da escola que, além de passar conteúdos aos alunos, precisa se

tornar um espaço aberto à comunidade para momentos de lazer e troca de experiências.

Na verdade, “as famílias estão desejosas de participar ativamente da vida escolar dos filhos e começam a enxergar essa participação como um direito democrático” como afirma Nogueira (2006, p.157). Nas palavras da autora, entende-se ser necessário encontrar maneiras para garantir a participação das famílias na escola. No caso da escola em estudo, considera-se importante aproveitar as sugestões dos pais. Poder contar com a participação da família no cotidiano escolar é um privilégio, tanto para a escola como para a família e os protagonistas nesse processo são os alunos, professores e o processo ensino-aprendizagem, como afirmam Silva e Lima (2009).

Com relação à segunda ação escolhida do instrumento de pesquisa, a qual se propunha a investigar sobre a importância, ou não, de palestras para os pais e, quais temas deveriam ser tratados, foi sugerido: abordagens sobre violência doméstica e encontrar mais tempo para os filhos, falar sobre o uso de drogas, *bullying* e violência em geral, ensinar ou mostrar para os pais que os filhos precisam de um tempo com eles, conviver mais em família, ler uma história, brincar, mostrar que as crianças não precisam somente de presentes caros, mas de carinho e atenção.

Para analisar as respostas dadas pelos pais, buscou-se apoio nos estudos de Preto (2008) por apontar que na sociedade atual existe uma fragilização da vida afetiva, conseqüentemente, ocorrendo o afrouxamento dos laços familiares. Surge, portanto, sentimentos de isolamento, insegurança e sensações de fracasso. É este mal-estar que as pessoas buscam compensar através do consumismo desenfreado que aparece na sociedade como o “[...] ícone da felicidade, constituindo-se como sua representação”. “A forma do consumidor se relacionar com as mercadorias acaba se estendendo às suas relações de afeto, interpessoais e familiares” (PRETO, 2008, p.8). A autora comenta ainda que, assim como as pessoas compram um objeto e o utilizam por um certo período de tempo e logo o desprezam, da mesma forma acontece com suas relações familiares, pois não conseguem criar vínculos estáveis, prevalecendo a ideia do ter sempre mais e mais.

Entende-se também pelas respostas, que os pais estão carentes de orientações sobre como lidar com seus filhos. Muitas vezes os alunos apresentam

dificuldades que a família não compreende, não sabendo como lidar com a situação e a escola tem o importante papel de orientar os pais. Por isso, é muito significativo conhecer a realidade dos alunos. Como ensina Freire (1999), a escola tem o dever de respeitar os saberes com que os educandos chegam até ela.

Verificou-se que os pais se preocupam com o uso de drogas, muito presente na sociedade e que pode contribuir para o desinteresse dos alunos pela aprendizagem. É de fato um assunto bastante delicado, por não se saber afirmar quem é usuário de drogas dentro da escola, ou mesmo fora dela. Contudo, é possível apontar formas de observar se a criança ou o adolescente apresenta sintomas de que é dependente químico.

Importante ratificar que o espaço escolar é um local onde pode ocorrer inúmeras reflexões a respeito de diversos temas que inquietam a família, principalmente pelo motivo de ambos serem responsáveis pela tarefa de educar. No entanto, é importante ater-se para o fato de que “a dimensão de educação presente na escola possui singularidades, principalmente por lidar com a educação formal, sistematizada no currículo” como sugerem Silva e Lima (2009, p.244). Já a família, lida com a educação não formal, cujo objetivo é preparar o ser humano para a vida em sociedade.

A questão de nº 3 do instrumento de pesquisa escolhida para análise, questionou sobre a importância do Conselho Escolar. As respostas destacadas foram as seguintes: “O CE é importante porque trata assuntos importantes sobre a escola”; “É através dele que decisões importantes são tomadas dentro da escola, sempre para a melhoria”; “O conselho escolar é importante porque tudo que acontece na escola passa pelo conselho e depois é convocada uma reunião para todos os pais para debater os assuntos se eles aceitam ou não”; “É uma das maneiras da escola ser acompanhada pelos pais, uma participação mais próxima”. Também houve quem respondeu não ter conhecimento sobre o papel do CE.

Acredita-se que ocorre o exposto acima, pelo fato de o Conselho Escolar na escola em estudo foi, por muitos anos, uma instância colegiada que apenas ouvia as propostas da diretora e assinava as requisições que eram deliberadas a partir dos recursos financeiros recebidos. Atualmente, está sendo feita uma reflexão com os conselheiros sobre o seu papel, porque a diretora e uma das coordenadoras estão desenvolvendo projeto nesse sentido na escola, com o objetivo de contribuir para o

fortalecimento do Conselho Escolar, enquanto instância colegiada fiscalizadora e deliberativa.

Aguiar (2008) contribui com esta reflexão ao afirmar que na escola

A presença do Conselho Escolar é imprescindível, uma vez que como instância colegiada, com a representação dos diversos segmentos da escola e da comunidade local, cabe-lhe coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola [...] (AGUIAR, 2008, p.140).

É também papel do CE, como explica Aguiar (2008), analisar e encaminhar os problemas de ordem administrativa ou pedagógica, bem como conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, propondo à instituição práticas pedagógicas democráticas e transparentes, que sirvam de incentivo a co-responsabilidade no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar.

A partir de estudos de Cattaneo (2015) entende-ser que:

Se a finalidade da educação é a formação do sujeito consciente, a gestão da educação assume uma dimensão política na qual a escola passa a ser espaço de exercício de democracia, onde a participação de todos os segmentos que compõem o ambiente escolar é estimulada e propiciada, tanto no âmbito interno da escola como da comunidade local (CATTANEO, 2015, p.7).

Um desafio à gestão escolar da escola em estudo diz respeito à dificuldade de reunir todos os professores e funcionários, ainda que convocados, para as reuniões de formação pedagógica ou administrativa, por desenvolverem atividades em outras escolas e pela busca de estratégias para garantir a frequência da comunidade escolar nas reuniões. A direção da escola envia ofício solicitando a liberação dos professores a outras direções, mas nem sempre eles conseguem, porque não há professor substituto nas escolas, e aquele que é liberado precisará recuperar as aulas.

Um ponto que chama bastante atenção, principalmente a partir do curso de Gestão Escolar, é que os professores demonstram falta de coerência entre o seu discurso e a prática. Ao mesmo tempo em que os professores fazem críticas aos pais, também não se propõem a rever sua metodologia de trabalho. Acreditam que

os alunos devem ouvi-los, porque o “conteúdo” que está sendo transmitindo é o mais correto e os alunos não devem questioná-los.

Com base em Freire (1999, p.29) pode-se dizer que “[...] faz parte da tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar os educandos a pensar certo” (FREIRE, 1999, p.29). “E uma das condições necessárias para pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”, explica Freire (1999, p.30). Entende-se que, enquanto professores, é preciso rever sempre a prática pedagógica, para poder contribuir com uma educação que promova o ensino e a aprendizagem pretendidos.

O avanço tecnológico presente na escola, foco deste estudo, não tem contribuído para melhoria do trabalho docente, pois grande parte dos professores não sabe fazer uso desses equipamentos, mas os alunos sabem e dominam a tecnologia. Neste sentido, acredita-se que os professores precisam lincar o saber dos alunos aos conhecimentos tecnológicos que possuem, ou seja, tirar proveito desse saber, aproveitando-o para melhor aprendizagem.

Com o auxílio de Freire (1999), entende-se que é muito importante “[...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns saberes em relação com o ensino de conteúdos” (FREIRE, 1999, p.33). Assim sendo, porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina, cujo conteúdo se ensina? Questiona o autor.

Como encaminhamento para continuidade do trabalho e atendendo as reivindicações dos pais que responderam ao instrumento de pesquisa, tem-se a realização mais frequente de reuniões com temas específicos e festividades conjuntas entre eles, professores e alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado a partir da aplicação do Projeto de Intervenção que teve como objetivo buscar alternativas para melhorar a relação família e escola, pois na escola em que foi desenvolvido o PI, percebe-se que esta relação é bastante frágil. Foi também importante na decisão pela escolha do tema, a participação no Curso da Escola de Gestores, o qual propõe a efetivação da Gestão Democrática da escola pública.

Nos últimos anos, várias mudanças políticas e socioeconômicas têm afetado todos os setores da sociedade e, neste contexto, a escola não está imune. São fenômenos que exigem modificações de comportamento dos gestores, em vista estar-se frente à chamada Sociedade do Conhecimento, que afeta a humanidade inteira. Desse modo, concordando com Tres (2007) entende-se que é preciso investir na transformação da atitude dos profissionais da escola, no sentido de orientar suas práticas pedagógicas e administrativas, visando a garantia de uma educação formal contínua e de qualidade aos alunos.

As reflexões realizadas para a elaboração deste trabalho levou a perceber que a gestão da escola requer tomada de decisão, organização e direção. Exige responsabilidade por uma educação comprometida com a aprendizagem qualificada, que forme sujeitos pensantes, críticos e humanos para que possam contribuir na construção de uma sociedade calcada no respeito às diferenças culturais, étnicas, religiosas, orientação sexual e deficiências.

Nesta perspectiva, a escola e seus profissionais devem, cada vez mais, investir em conhecimento e socializá-la para que a organização escolar aumente sua capacidade de criar e inovar, sem esquecer, no entanto, que mudança gera resistência, cabendo, portanto, ao gestor escolar fazer com que essa resistência seja vencida de maneira construtiva, como explica Tres (2007).

Com a participação nas reuniões de professores, na reunião de pais e com a aplicação de instrumento de pesquisa, entendeu-se que é possível, por parte dos pais, haver uma mudança na relação família/escola, por ansiarem por isto. Os pais alegam que precisam de ajuda para melhor direcionar a educação dos filhos, portanto, a participação dos mesmos na Festa Junina da escola demonstrou que é

importante proporcionar atividades para que possam participar de forma mais descontraída.

O exposto supra, contraria o pensamento de professores que acreditam que os pais não têm interesse pelos filhos. As leituras realizadas levam a compreender que é preciso rever este pensamento e a forma de olhar para a família, buscando alternativas para efetivar sua aproximação com a escola.

Acredita-se que a inserção no Curso de Gestão, a aplicação do questionário e a realização de uma reunião que contou com a participação de um bom número de pais, colaborou em muito para o crescimento pessoal e profissional da autora do presente estudo. Alguns pais elogiaram o trabalho realizado e solicitaram que fossem realizadas mais reuniões que almejem refletir acerca da importância da relação família/escola.

Portanto, compreende-se a importância de criar um grupo de mães/pais com vistas a apoiar a escola, principalmente para contribuírem na busca de recursos financeiros para melhorias necessárias, não contempladas por recursos do Ministério da Educação ou da Secretaria Estadual da educação. A formação do grupo de mães/pais foi uma das propostas do Projeto de Intervenção, a qual não foi realizada pelo pequeno espaço de tempo em que foi desenvolvido o PI. Outra proposta foi colaborar com a organização do grêmio estudantil da escola com a finalidade de dar voz e vez aos estudantes.

Oportuno expor que foi relevante participar do Curso de Gestão Escolar da Escola de Gestores, tanto pelo convívio com os professores como pelas leituras realizadas, as quais fizeram repensar minha atuação profissional, pelo fato de ter muitas dúvidas sobre a importância, ou não, da relação família/escola. Hoje acredito que a Gestão Democrática que se ânsia, só se efetivará se for possível estabelecer uma parceria forte entre escola e família.

REFERÊNCIAS

ABIDIAN, Graziela Z.; HERNANDES, Elianeth D. K. Concepções de Gestão e vivência da prática escolar democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V. 28, n.1, p. 144-162, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36147/23335>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

ABRAMOVAY, Miriam. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, V. 3. n. 1-2. São Paulo, 2003.

AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da educação básica e o fortalecimento dos Conselhos escolares. Curitiba: UFPR, **Revista Educar**, n.31, p. 129-144, 2008. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 26 jan. 2015.

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia, Cotidiano Escolar: A Escola como possibilidade de Participação**. Texto disponível na plataforma do curso de gestão Escolar, UFRGS, 2014.

BORDIGNON, Genuino. **Gestão Democrática da Educação**. Ministério da Educação- Governo Federal, TV Escola, Boletim 19, outubro/2005.

CATTANEO, Rosemeri Duarte de Oliveira. **A Participação das Instâncias Colegiadas na Gestão Escolar: reflexões sobre diferentes possibilidades de atuação**. Disponível em: <www.diaadiaeducação.pr.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2015.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. Vygotsky: sua teoria e a influencia na educação. **Revista e-Ped**. FACOS/CNEC Osório V.2, n.1, ago.2012. Disponível em: <facos.edu.br>. Acesso em: 4 mar. 2015.

COMERLATTO, Luciane Paz; PERONI, Vera Maria Vidal. **Políticas e Gestão da Educação: a gestão democrática na teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

COSTA, Giovane Martins da; FOSSATI, Paulo; SILVA NETO, João Alves da. **Diversidades familiares e Relação entre família e Escola no Contexto da Educação Básica**. Porto Alegre, UNILASALLE, 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAE** V. 23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano**. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em: 5 mai. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANDIN, Adriana Beatriz; GANDIN, Danilo. Gestão Democrática e Planejamento Participativo: reflexões sobre uma prática de sala de aula EAD. In: SILVA, Maria Beatriz Gomes da; FOLRES, Maria Luiza Rodrigues (orgs.). **Formação a Distância para gestores da Educação Básica: Olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MEDEIROS, Isabel Leticia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão Democrática na Educação: concepções e vivências.** 2006. Disponível em: <<http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

MONTANDON, C. As Relações Pais-Professores na Escola Primária: das causas de incompreensão recíprocas. **Education et Famille**, Bruxelas, de Boek, p.189-205, 1994.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos.** **Revista Educação escola e cultura(s)**, n. 23, mai./jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu>. Acesso em: 3 mar. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Revista Educação e Realidade**, V. 31, n. 2, p. 155-170, jul./dez. 2006.

PRETO, Adriana. O Indivíduo e a Família na Sociedade de Consumo Pós-Moderna. **Think**, V.6, n.1, p.54-60, jan./jun. 2008. Disponível em: <www.institutofamiliaempresa.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como Fazer Pesquisa Ação.** Disponível em: <<http://www.ic.ufmt.br>>. Acesso em: 4 fev.2015.

SILVA, Maria Vieira; LIMA, Luciana Ribeiro de. A participação da família na escola-contribuições à democratização da gestão. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n. 4, jun./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.escola.org.br>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SOARES, Ademilson de Souza. A Autoridade do Professor e a Função da Escola. **Educ. Real**. Porto Alegre, V.37, n. 3, p.841-861, set/dez. 2012.

TRES, Janialy Alves Araújo. **Desafios do gestor escolar para com a mudança organizacional da escola.** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Especialização em Gestão Escolar, FAFIRE- Faculdade Franssinetti do Recife, 2007.

TRIPP, Deivid. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, V. 31 n.3, p.443-446, set./dez.2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, V. 7, n.12, p.159-166, jan./jun. 2013.

ZAGO, Nair. Fracasso e Sucesso Escolar no Contexto das Relações Família e Escola: Questionamentos e Tendências em Sociologia da Educação. Sociologia da Educação, **Revista Luso- Brasileira**, ano 2, n.3, mar.2011.

APÊNDICES